

## **MAÇONARIA, POLÍTICA E PODER: Considerações sobre a atuação maçônica na República brasileira e no Golpe Militar de 1964**

(FREEMASONRY, POLITICS AND POWER: Considerations on Masonic activity in the Brazilian Republic and the 1964 Military Coup)

Fernando Souza <sup>1</sup>

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar a atuação da maçonaria durante a República, com ênfase no período do Golpe Militar de 1964, ao analisar os posicionamentos públicos da instituição para compreender suas articulações com a política nesse período. A investigação constatou a presença de maçons em cargos políticos durante a República, revelando como essa situação reflete a postura da instituição em relação ao poder durante a Ditadura de 1964, mesmo que tais ações contrariem os ideais maçônicos inspirados pelo Iluminismo e pelo lema de liberdade, igualdade e fraternidade.

**Palavras-chave:** Maçonaria; Ditadura; Golpe Militar; Política.

### **Abstract**

This article aims to analyze the role of Freemasonry during the Republic, with emphasis on the period of the 1964 Military Coup, by analyzing the institution's public positions to understand its links with politics during this period. The investigation found the presence of Freemasons in political positions during the Republic, revealing how this situation reflects the institution's stance in relation to power during the 1964 Dictatorship, even if such actions contradict the Masonic ideals inspired by the Enlightenment and the motto of freedom, equality and fraternity.

**Keywords:** Freemasonry; Dictatorship; Military coup; Policy.

<sup>1</sup> Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Federal de Sergipe; Pós-graduado (Lato Sensu) em História das Religiões; Filosofia da Religião; Metodologias Ativas na Docência da Educação; e em Maçonologia: História e Filosofia. Graduado em Ciências da Religião e Gastronomia. E-mail: [fernandordesouza@yahoo.com](mailto:fernandordesouza@yahoo.com)

## 1. Introdução

A maçonaria é uma instituição iniciática, filantrópica e progressista, que tem como objetivo o aprimoramento do ser humano por meio de lições extraídas de seus símbolos e mistérios. Além do aspecto esotérico, a instituição atrai a curiosidade de muitas pessoas pela sua ligação com diversos acontecimentos da história da humanidade, principalmente as grandes revoluções políticas. Esse fator fez com que no imaginário popular a instituição se tornasse vista como um grupo secreto que administra a economia e todo o poder do planeta. Evidentemente que, apesar de políticos de grande renome, empresários e figuras populares já terem passado pela instituição, e ainda hoje algumas delas estarem inscritas em seus quadros de membros, não existem evidências que sustentem tais afirmações. Entretanto, independente de distorções, ou se são informações verídicas, fato é que a maçonaria, por meio de maçons influentes, esteve envolvida em muitos desses momentos de efervescência política, a saber: independência dos Estados Unidos, Revolução Francesa, Independência do Brasil, Proclamação da República e muitos outros.

No Brasil, além dos supracitados eventos, a instituição maçônica em diversos momentos teve ligação com a política nacional, como durante o golpe militar de 1964. Vale mencionar que, anteriormente, a maçonaria havia sido perseguida durante a instituição do "Estado Novo" (1937-1945), que teve como principais características a centralização do poder, propaganda nacionalista, postura anticomunista e autoritarismo. Seu principal líder, Getúlio Vargas, que durante a administração perseguiu diversas instituições da sociedade civil, também não poupou a maçonaria, que por meio da coerção foi proibida de realizar suas reuniões na legalidade, exceto sua sede em Brasília. No entanto, apesar da perseguição, muitas lojas reuniam-se na clandestinidade. Alguns anos antes da perseguição realizada por Getúlio Vargas, a maçonaria brasileira, que tinha como representante o Grande Oriente do Brasil, havia demonstrado seu interesse pelas políticas públicas oriundas de modelos governamentais socialistas, sobretudo na área da educação e trabalhista, tendo publicado documentos que demonstravam esse apoio e admiração. Isso bastou para que, posteriormente, a instituição fosse vista pelos seus opositores como revolucionária e comunista.

Apesar disso, a maçonaria enquanto instituição é bastante plural e internamente controversa, pois admite a liberdade de crença e de identificação política

de seus membros. Desde o século XVIII, a instituição possui em suas leis a proibição da discussão político-partidária durante suas reuniões, com o objetivo de evitar querelas e cismas internos. No entanto, mesmo com a proibição explícita, é possível constatar durante os mais de 200 anos de existência da maçonaria em terras brasileiras, momentos em que a instituição dialogou com a política nacional. Essas interlocuções serão objeto de análise do presente artigo, realizando um recorte entre o período em torno da ditadura militar, iniciada em 1964 até o momento político presente, apresentando assim uma análise multifacetada da atuação maçônica e sua relação com a política. Além disso, à fim de complementar a investigação, será feita comparação entre o que preconiza os ideais maçônicos diante da atuação dos diferentes agentes e períodos políticos, com o objetivo de trazer à discussão como a instituição em diferentes momentos ignorou seus fundamentos, em prol de interesses particulares, de acordo com a necessidade.

## 2. Breves considerações sobre o contexto político em torno do Golpe de 1964

Findada a Segunda Guerra Mundial em 1945, que havia abalado o mundo por suas drásticas consequências, influenciado as nações a se reorganizarem e trazerem uma nova perspectiva ligada aos direitos humanos em todo o planeta, não tardou para que uma nova disputa acontecesse entre a União Soviética e os Estados Unidos em um contexto conhecido como "Guerra Fria", que levou esse nome pelo fato de não ter ocorrido um conflito direto entre as duas nações que se valiam do aparato de proxies, ou países terceiros, os apoiando em conflitos regionais. Em suma, a Guerra Fria foi um período de disputa geopolítica e ideológica entre as duas potências. A influência durante o período não demorou chegar nos países da América do Sul.

Algumas nações do continente Sul-americano foram influenciadas pelos ideais socialistas, dentre eles o Brasil. Essa influência, principalmente advinda do modelo político socialista de Cuba, fez com que a década de 60 fosse marcada por uma disputa política onde havia de um lado o presidente João Goulart (PTB), que "desenvolvia um governo voltado para a promoção da justiça social e da soberania nacional" (LARA; DA SILVA, 2015, p. 277), e o outro lado, encabeçado pelo militar Castello Branco, que veio a tornar-se o primeiro presidente da ditadura brasileira

após vencer em eleição indireta, em abril de 1964, Juarez Távora e Eurico Gaspar Dutra, recebendo cerca de 99% dos votos.

Os motivos norteadores que levaram ao estabelecimento da ditadura no país se deram baseados na influência e modelo político neoliberal estadunidense e na crítica ao modelo cubano, de auxílio e políticas públicas. A propaganda militar acusava a política socialista como um empecilho para o verdadeiro desenvolvimento econômico do estado e seu espírito revolucionário um mal para a ordem pública. Desse modo, um modelo de governo político pautado na ordem econômica e social, anticomunista e influenciado pela política dos Estados Unidos foi uma maneira de apelar para uma possível reconstrução do Brasil. Assim, não seria presunçoso apontarmos que a ditadura teve inicialmente o objetivo de impedir as aspirações de progresso econômico e social do governo de Goulart.

Em 31 de março de 1964, João Goulart foi destituído do cargo de Presidente do Brasil sob alegação de instabilidade política e ameaça comunista, as Forças Armadas brasileiras lideraram o golpe que resultou na instauração de um regime ditatorial. "Nesse processo, uma série de ações repressivas, sob o nome de "Operação Limpeza", comandada pelas Forças Armadas brasileiras articuladas com civis, foi desencadeada em todo território nacional" (LIMA, 2015, p. 7). Após esses acontecimentos, Goulart foi forçado a deixar o país e viveu exilado até sua morte em 1976.

Após a destituição de João Goulart em 1964, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente a presidência do Brasil. No entanto, o poder efetivo foi exercido pelos líderes do movimento militar que promoveram o golpe, e em 1967 foi promulgada uma nova Constituição que estabeleceu um regime presidencialista com o General Artur da Costa e Silva sendo eleito presidente pelo Congresso Nacional em 1966, dando início ao período que ficou conhecido como "anos de chumbo" da ditadura militar no Brasil, e que teve como principal nome o militar Castello Branco, primeiro presidente do período da ditadura militar, marcada por uma época de violência, censura, repressão e perseguição dos opositores, principalmente ligados a partidos ou instituições de esquerda, socialistas e comunistas. Apesar de ter sido o primeiro e proeminente nome no período do regime ditatorial-militar brasileiro, que durou 25 anos, de 1964 a 1989, houveram ainda outros seis governos. Codato divide esse período em

regime ditatorial-militar em "cinco grandes fases" (CODATO, 2005, p. 83).

Uma primeira fase, de constituição do regime político ditatorial-militar, corresponde, grosso modo, aos governos Castello Branco e Costa e Silva (de março de 1964 a dezembro de 1968); uma segunda fase, de consolidação do regime ditatorial-militar (que coincide com o governo Medici: 1969-1974); uma terceira fase, de transformação do regime ditatorial-militar (o governo Geisel: 1974-1979); uma quarta fase, de desagregação do regime ditatorial-militar (o governo Figueiredo: 1979-1985); e por último, a fase de transição do regime ditatorial-militar para um regime liberal-democrático (o governo Sarney: 1985-1989) (CODATO, 2005, p. 83).

Conforme a análise de Codato, mesmo tendo durado 25 anos, isso "não significa dizer que o regime ditatorial-militar tenha sido estável" (CODATO, 2005, p. 97). Além das contradições e embates com a oposição de esquerda, o regime tinha que lidar com queixas e disputas advindas de grupos políticos liberais e conservadores, insurreições internas encabeçadas por militares reacionários e insatisfeitos com o modelo político (CODATO, 2005). Como forma de conter as ações dos opositores, aqueles que encabeçavam a ditadura utilizaram de arbitrariedade e do poder adquirido para perseguir e censurar qualquer um que se levantasse contra eles. Esse período ficou bastante conhecido pelos constantes excessos de violência, tortura e desrespeito aos direitos humanos. Conforme aponta Lara e Da Silva, "por meio da violência, os setores reacionários atuaram com prisões de lideranças, torturas, assassinatos, expulsão de líderes esquerdistas do país e intervenção em sindicatos" (LARA; DA SILVA, 2015, p. 277-278).

Lara e Da Silva afirmam que "o golpe civil-militar foi a resistência capitalista às possibilidades de reformas e avanços sociais" (LARA; DA SILVA, 2015, p. 277). Isso pode ser verificado não somente pelas críticas ao modelo proposto por Goulart, mas também pelas próprias medidas tomadas pelas suas lideranças. "A primeira medida do governo de Castello Branco foi revogar a Lei de Remessa de Lucros, que impedia as empresas estrangeiras de fazer remessa de lu-

cross exageradas para o exterior” (LARA; DA SILVA, 2015, p. 278). Prosseguindo com a investigação dos autores supracitados, mencionamos aqui outras ações tomadas por Castelo Branco:

Ele estabeleceu o arrocho salarial, revogou o decreto que desapropriava terra às margens das estradas para a reforma agrária, revogou a nacionalização das refinarias particulares e o decreto que congelava os aluguéis, restringiu o crédito às pequenas e médias empresas, deu as mais amplas garantias ao capital estadunidense que foram estabelecidas pelo Acordo de Garantia dos Investimentos Norte-Americanos no Brasil (LARA; DA SILVA, 2015, p. 278).

Tais medidas, além de serem claras ao demonstrarem uma política oposta ao que fora proposto por Goulart, demonstram um alinhamento com a política estadunidense e antissocialista. Além do que já foi citado, mencionamos também os grandes retrocessos no campo trabalhista, “com o fim da lei que garantia estabilidade aos trabalhadores após dez anos de trabalho na mesma empresa” (LARA; DA SILVA, 2015, p. 278).

Para além das disputas envolvendo diferentes aparatos político-partidários, estavam inseridas naquele contexto organizações religiosas em diversos os lados. A mais influente e participativa durante a ditadura foi a Igreja Católica Romana, vista por pesquisadores como uma participante controversa, que em diferentes momentos tomou posicionamentos diferentes, sendo apoiadora e crítica do governo. Em contrapartida, religiões minoritárias, étnicas ou aquelas consideradas de imigração, geralmente estavam do lado da oposição. No meio de toda essa complexidade, encontrava-se a maçonaria, que mesmo não sendo uma religião é uma instituição iniciática e discreta, dos quais apenas seus membros tomam conhecimento de seus mistérios e símbolos. Algumas dessas organizações, incluindo a maçonaria, emitiram declarações públicas de apoio e crítica ao governo, como veremos adiante. Vale ressaltar que, anteriormente, durante os primeiros anos do século XX a instituição identificava-se com ideais socialistas, em destaque na América do Sul.

A popularidade da ditadura no país alcançou até mesmo as entidades religiosas. Dentro do contexto do golpe militar de 1964, muitas instituições e lideranças religiosas emitiram pareceres apoiando ou realizando oposição ao movimento ditatorial. Cabe salientar que, de acordo com os apontamentos de Arruda, “o apoio ao golpe foi quase unânime entre os religiosos em 1964. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que mais tarde se tornaria uma das principais vozes contra a ditadura, estava entre os apoiadores” (ARRUDA, 2014, s.p). Sob o ponto de vista da CNBB, apoiar o golpe seria uma forma de vencer o comunismo, movimento político condenado formalmente pela Igreja Católica Romana.

Durante o processo de apoio à ditadura vemos importantes figuras do catolicismo que posteriormente se tornaram referências e ícones da resistência, como os bispos Paulo Evaristo Arns e Hélder Câmara, ambos apoiaram o início do movimento que culminou no golpe militar (ARRUDA, 2014). Um dos principais documentos publicados pela CNBB em apoio, teve como autoria Hélder Câmara, contudo, antes mesmo de sua publicação, os bispos reuniram-se com o intuito de discutir o apoio ao golpe. Conforme aponta Rosa:

Cabe sublinhar que esta reunião da CNBB foi marcada pela divisão entre os bispos, havendo inclusive, dois textos diferentes para a constituição da declaração, um elaborado pelo ultraconservador Dom Geraldo Sigaud, bispo de Diamantina-MG e outro de Dom Hélder Câmara, Arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife (ROSA, 2014, p. 127).

Posteriormente, as manifestações religiosas de apoio ao golpe saíram do aspecto teórico e foram para o prático. Conforme os apontamentos de Tatiana Alméri, “a Igreja Católica organizava rosários que culminaram na formação das “Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade”. Tudo manipulado em extraordinária perícia profissional e política” (ALMÉRI, 2007, p. 72). Sua realização se deu coincidindo com a celebração de São José, padroeiro da família. Diversos grupos conservadores liderados pela “Campanha da Mulher pela Democracia” (CAMDE) estiveram à frente da organização da passeata nas ruas de São Paulo. O evento contou com a participação de mem-

bros da Igreja, incluindo padres e leigos, além de representantes do empresariado (ROSA, 2014). Da Silva, afirma que, "A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi um dos momentos de maior lustro do catolicismo reacionário no período" (DA SILVA, 2014, p. 69).

No âmbito das correntes políticas de esquerda também observamos a presença de figuras religiosas em momentos políticos. Durante um comício realizado na Central do Brasil em 13 de março, o pai-de-santo José Roberto Ribeiro de Souza participou do evento. Na oportunidade ele manifestou seu apoio ao candidato Brizola. "Segundo relato do Panfleto, o líder umbandista 'previu muito sucesso para as reformas de base, analisadas sob o aspecto espiritualista, e disse que Brizola, cujo Orixá é Xangô, vai pra cabeça na política nacional'" (DE LIMA, 2014, p. 65).

Além das denominações religiosas envolvidas no contexto político da ditadura militar, mencionamos também a presença da maçonaria como instituição apoiadora do golpe, em nome do Grande Oriente do Brasil, a maior e mais antiga administração da maçonaria brasileira. Conforme aponta Ismail, mencionando a participação da instituição no movimento da "Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade", "Em muitas localidades, a marcha contou com o apoio de Lojas Maçônicas" (ISMAIL, 2016, p. 4). No entanto, conforme veremos adiante, apesar do alto escalão da instituição declarar apoio público ao golpe, internamente haviam contradições e disputas entre apoiadores e contrários ao movimento.

### 3. Maçonaria e política durante as décadas que antecederam o Golpe Militar de 1964

Antes de passarmos à análise da atuação maçônica no período da ditadura militar de 1964 e posteriormente, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre aspectos doutrinários da instituição, tomando como base sua história, seus rituais e leis.

É sabido que desde os primórdios da instituição maçônica no país os militares estavam envolvidos em sua membresia, além de terem participações nos principais acontecimentos políticos. Mencionamos a chamada "Questão Militar", que "consistiu em uma série de atritos, acontecidos entre 1883 e 1889, entre políticos e ministros. Esses atritos iriam criar uma atmosfera propícia para o levante militar final, em 1889" (CARVALHO, 2010, p. 42). Tais acontecimentos,

posteriormente, dariam origem ao regime republicano, que teve como líderes os maçons e militares Manuel Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant Botelho de Magalhães (CARVALHO, 2010).

Pouco tempo após a Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, Manuel Deodoro da Fonseca, o Marechal Deodoro, além de chefe do Governo Provisório, também foi eleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil. Um dado importante é que pouco tempo depois da promulgação da primeira Constituição da República, datada de 1891, disputas maçônicas passaram a ocorrer entre aqueles que faziam parte da ala militar e positivista e os maçons da ala civil e liberal do Estado de São Paulo (CARVALHO, 2010).

Tais disputas causaram problemas durante o breve governo de Deodoro da Fonseca, que enfrentou hostilidade por parte daqueles que o haviam auxiliado a ser eleito, sob a promessa de um governo militarizado. Contudo, a ideia de uma ditadura militar nos primeiros anos de república pareceu negativa, fazendo com que o Marechal optasse pela dissolução do parlamento. Evidentemente que isso causou uma revolta na ala militarizada que orbitava em torno do governo. Assim, Manuel Deodoro da Fonseca optou pela renúncia da presidência do país em 23 de novembro de 1891 e do Grão-mestrado do Grande Oriente do Brasil, em 18 de dezembro do mesmo ano. Após sua saída o governo do Brasil passou a ser assumido por outro militar e também maçom, Floriano Peixoto (CARVALHO, 2010).

O conflito existente entre os maçons militares positivistas do Rio de Janeiro e os maçons liberais e civis, em sua maioria localizados no Estado de São Paulo, desencadeou uma série de conflitos que resultaram no afastamento de Floriano Peixoto da presidência do país. Seu sucessor foi Prudente de Moraes, ligado aos movimentos oligárquicos rurais e do federalismo, sucedido por Campos Sales, também maçom (CARVALHO, 2010).

Muitos outros maçons participaram ativamente da política republicana brasileira, mencionamos aqui aqueles que chegaram ao cargo de presidente do país. Dos 39 que chefiaram a república brasileira, 13 foram maçons. Além dos quatro supracitados, temos: Nilo Peçanha (7º presidente), Hermes da Fonseca (8º), Wenceslau Bras Gomes (9º), Delfim Moreira (10º), Washington Luís (13º), João Fernandes Café Filho (21º), Nereu de Oliveira Ramos (23º), Jânio Quadros (25º) e

Michel Temer (37°), que governou o país entre 2016 e 2019. Antes de assumir a presidência, Temer solicitou seu afastamento da maçonaria.

Dentre os 13 presidentes do Brasil que estão vinculados à maçonaria, três eram também militares. No entanto, são muitos os maçons militares que tiveram destaque na história brasileira. De acordo com Alméri:

entre os maçons militares mais conhecidos historicamente estão: Barão do Triunfo; Benjamin Constant - professor (o pai da República); Deodoro da Fonseca - proclamador da República; Duque de Caxias - patrono do Exército Brasileiro; Eduardo Wandenkolk; Golbery do Couto e Silva - ministro de Estado; Gomes Carneiro; Inocêncio Serzedelo Correa; Lauro Sodré; Lauro Müller - estadista; Moreira Guimarães, general; General Osório; e Viriato Vargas (ALMÉRI, 2013, p. 70).

Antes de prosseguirmos com uma análise da atuação maçônica durante o período do golpe militar de 1964, mencionaremos determinados acontecimentos importantes durante o governo de alguns dos já mencionados maçons presidentes do país. O sétimo presidente do Brasil, Nilo Peçanha, antes de chegar ao governo em 1909, participou do movimento abolicionista e republicano. Em 1910, declarou seu apoio ao militar e maçom Hermes da Fonseca como sucessor, em oposição aos candidatos Rui Barbosa e Albuquerque Lins, presidente do Estado de São Paulo, que representavam a oposição. Com a vitória, Hermes da Fonseca, neto de Deodoro da Fonseca, governou o país entre 1910 e 1914. Um acontecimento importante durante seu governo foi a revolta realizada por marinheiros afro-brasileiros e mulatos, que buscavam melhores condições de trabalho, incluindo a extinção da punição por chibatadas, que ficou conhecida como "A Revolta da Chibata" (1910). Wenceslau Brás Gomes, que havia sido o vice-presidente durante o governo de Hermes da Fonseca, assumiu o poder do país entre 1914 e 1918. Seu governo ficou marcado por tentativas de reconciliação interna, causadas por instabilidades do governo anterior. No entanto, mencionamos como principal destaque a sua declaração de guerra, em 1917, aos países que fizeram parte do grupo chamado "Potências Centrais" (Alemanha e

Áustria-Hungria, tendo posteriormente a adesão do Império Otomano e a Bulgária). Também promulgou o primeiro código civil brasileiro, em 1 de janeiro de 1916. Delfim Moreira, que governou o país por menos de um ano (entre novembro de 1918 e julho de 1919), teve seu governo marcado por muitas instabilidades, sobretudo ligadas às crises orçamentárias resultantes da Primeira Guerra Mundial. Com o objetivo de superar essas crises, incrementou as tarifas alfandegárias, diminuiu os gastos públicos, impactando trabalhadores de diversas categorias e desencadeou maior descontentamento, o que fez com que em todo o país surgissem diversas revoltas e greves. O país passou por "relativa tranquilidade (sic), com a ascensão, à Presidência da República, do maçom Washington Luís Pereira de Souza, em 1926" (CARVALHO, 2010, p. 49), exceto quando ocorreu a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, que culminou em uma crise econômica mundial. No Brasil os problemas econômicos se deram por conta do "grande aumento dos estoques de café, em uma situação agravada pela recusa do governo em auxiliar, financeiramente, a lavoura em crise" (CARVALHO, 2010, p. 49).

Setores da burguesia cafeeira insatisfeitos com a crise instaurada durante a administração de Washington organizaram-se em uma "coligação política denominada "Aliança Liberal", que lançaria a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa para combater a de Júlio Prestes-Vital Soares" (CARVALHO, 2010, p. 50). Prestes que também era maçom, e fazia parte do mesmo partido (PRP-Partido Republicano Paulista), foi apoiado por Washington Luís. Em março de 1930, após uma eleição conturbada e marcada por fraude de ambos os lados, os representantes do PRP venceram a disputa. No entanto, não tardou para que a oposição organizasse um levante armado contra o governo, que teve como justificativa o assassinato de João Pessoa, vice de Getúlio Vargas, "por João Duarte Dantas, por simples questões familiares da Paraíba – Estados (sic) presidido por Pessoa – e sem nenhuma conotação política, mas que foi muito explorado pelos rebeldes" (CARVALHO, 2010, p. 50).

Após a eclosão da revolta em outubro de 1930, que teve como consequência a deposição de Washington Luís, Getúlio Vargas assumiu o governo por 15 anos, "primeiro como chefe do governo provisório, depois, como presidente constitucional e, finalmente, como ditador absoluto, até sua deposição em 1945" (CARVALHO, 2010, p. 50).

O Golpe de Estado realizado por Vargas em 10 de novembro de 1937, trouxe a dissolução do Congresso e a extinção dos partidos políticos, além da promulgação de uma nova Constituição elaborada por Francisco Campos, que marcava assim o surgimento da ditadura do Estado Novo. Essa forma de governo autoritário acabou alcançando diversos setores da sociedade, incluindo a maçonaria, assim, em 25 de novembro de 1937 o governo, por intermédio do general Newton Cavalcanti, aconselhou o fechamento da instituição no país que durou até 1941 (ALMÉRI, 2013).

Apesar do fechamento das lojas, o Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil apoiou o regime autoritário imposto ao país, publicou esse apoio no Decreto nº 1.179, do dia 2 de junho de 1938, o qual exigia que as Lojas que se mantiveram clandestinas eliminassem os obreiros que professassem ideologia contrária ao regime (ALMÉRI, 2013, p. 64).

Após Getúlio Vargas ter sido desposto em 1945, até o golpe de 1964, a maçonaria brasileira não passou por momentos de destaque e atuação em suas administrações nacionais. Dessa forma, passaremos cronologicamente para a década de 60, onde apresentaremos pontos consideráveis da maçonaria no contexto da ditadura militar.

#### **4. A atuação política da Maçonaria durante e após o Golpe Militar de 1964**

Durante as duas décadas seguintes, entre os anos 1940 e 1950, o mundo foi marcado pelo temor, conflitos e repercussões da Guerra Fria, um período de polarização entre os sistemas comunista e capitalista. No início dos anos 1960, o Grande Oriente do Brasil, que por muitos anos havia promovido o socialismo em seus boletins oficiais, altera sua posição e, mais precisamente em 1963, passa a desaprovar o movimento grevista sindical (ISMAIL, 2016). Alméri afirma que

No início da década de setenta, vivia-se, no Brasil, o período mais duro da ditadura militar implantada em 1964. (Consistiam) Foram os anos do governo

do general maçom Garrastazu Médici (1969-74). A censura foi institucionalizada, a tortura aos presos políticos era algo decorrente do cotidiano dos brasileiros (ALMÉRI, 2007, p. 77).

É nesse contexto que a maçonaria brasileira passa a emitir posicionamentos ligados ao golpe e ao contexto político do país. De acordo com a pesquisa de Ismail, durante o período da Ditadura Militar, o Grande Oriente do Brasil emitiu dois manifestos públicos. O primeiro delineava as razões que fundamentavam a incompatibilidade entre o comunismo e a Maçonaria. Isso ocorreu pela mesma Obediência que, em 1917, reconheceu oficialmente que "a Maçonaria e o Socialismo têm numerosos pontos de contato" (ISMAIL, 2016, p. 4). Isso demonstra uma mudança de paradigma da instituição que merece atenção, se colocados diante dos pressupostos históricos e constitucionais da maçonaria.

Apesar da instituição não advogar para si adesão a um sistema político, e no cenário nacional e internacional ser possível verificar a participação de agentes maçônicos nos mais diferentes movimentos, encontramos nas constituições da maçonaria sua adesão ao progressismo e evolucionismo. Essa afirmação, que consta na Constituição do Grande Oriente do Brasil, pode causar interpretações divergentes, sobretudo o significado de "progressismo", que pode ser visto como a ideologia ligada aos partidos de esquerda, presentes nas sociais-democracias, e também como sendo um progresso vinculado a ideia de movimento, mutação, não-estagnação do maçom, ou seja, sua evolução enquanto sujeito social, filosófico e espiritual. Independente da interpretação que seja adotada, a instituição parece estar ligada à essa ideia de movimento, em contraposição ao conformismo, seja ele político, social ou intelectual.

Entendemos que essa descrição dos ideais maçônicos vai de encontro ao que foi defendido pelas lideranças maçônicas durante o período da ditadura e que ecoam até hoje. As fontes consultadas demonstram como o posicionamento da instituição demonstra essa confusão, em momentos de apoio, divisões de opinião e controvérsias internas. Os próprios autores aqui mencionados, quando comparados, entram em contradição em alguns pontos de suas pesquisas. Tais discordâncias demonstram a complexidade do assunto, a pluralidade institucional da maçonaria, além da ausência de materiais consideráveis com evi-

dências o suficiente para se apontar conclusões homogêneas.

Partindo de tais dificuldades, tomamos como ponto de partida o argumento de Alméri, ao afirmar que no início do golpe militar havia divisão de opinião entre os maçons. A autora afirma que

é reconhecido que, após a posse de João Goulart, nos agitados dias que precederam o golpe de 1964, a maioria dos maçons apoiou o movimento militar de "derrubada" do até então presidente da República, embora, inicialmente, houvesse uma divisão de opinião na Maçonaria brasileira (ALMÉRI, 2013, p. 65).

Em sua pesquisa a autora ainda apresenta uma edição datada de 15 de dezembro de 1963, do jornal Estado de São Paulo, onde fica claro que "os maçons estavam a favor da implementação da ditadura militar" (ALMÉRI, 2007, p. 100), alegando que Cuba representava uma ameaça à democracia no Brasil.

O pesquisador e maçónólogo Kenno Ismail, apresenta uma perspectiva diferente da trazida por Alméri. Para o autor a questão se inicia no último período que antecede a efetivação do golpe, quando o Brasil testemunha a crescente pressão da classe média e dominante contra o proletariado. Isso foi exemplificado principalmente pela "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que ocorreu no início de 1964 e foi organizada por senhoras católicas das classes média e alta, que demandavam a deposição do presidente da República. Em várias regiões, essa marcha recebeu o respaldo de Lojas Maçônicas (ISMAIL, 2016). Essas iniciativas de apoio e incitação fizeram com que o golpe ocorresse pouco tempo depois. O que chama particular atenção na pesquisa de Ismail, é que o autor menciona que em apenas um intervalo de três dias o Grande Oriente do Brasil emitiu sua posição oficial em apoio ao golpe, justificando-o como um meio de "neutralizar os perigos do comunismo e do caos" (MOREL; SOUZA, 2008, p. 231 apud ISMAIL, 2016, p. 4). Ainda segundo o autor, "essa foi apenas a primeira de uma série de manifestações formais e públicas em favor do governo militar, que se seguiram nos anos subsequentes" (ISMAIL, 2016, p. 4).

José Castellani, outro pesquisador e maçónólogo brasileiro de bastante notoriedade, apresenta pertinentes contribuições ao debate trazendo à tona um

relatório do Grão-Mestre geral, Moacir Arbex Dinamarco, datado de 24 de junho de 1969, um período onde a ditadura já estaria mais bem estabelecida no país, onde consta o seguinte: "[...] demonstramos o pensamento da Maçonaria sobre a relevância do papel das Forças Armadas na Defesa do regime Democrático" (CASTELLANI, 1993, p. 290). O autor ainda continua sua análise apontando que

o apoio da Instituição maçônica à ditadura militar é confirmado [...] no governo de Ernesto Geisel o qual recebeu um ofício, na presença de Osmame Vieira de Resende (grão mestre) e seu adjunto Osiris Teixeira (senador da República), em audiência confirmando o apoio do Grande Oriente do Brasil ao governo que havia se instalado após o movimento de 1964 (CASTELLANI, 1993).

Apesar do posicionamento de Castellani e das contribuições de Ismail sobre a participação da maçonaria no período, de modo que, ambos mencionam a instituição em uma posição de defesa do golpe em determinados momentos, Alméri argumenta que "não há possibilidade de afirmar que a Instituição Maçônica estava presente nos acontecimentos ditatoriais, mas pode-se certificar que a ideologia maçônica estava" (ALMÉRI, 2007, p. 98). Compreendemos e apreciamos o cuidado que Alméri tem com essa conclusão, contudo, para fins de aprofundamento do debate questionamos o seguinte: Há de fato uma "ideologia maçônica?", entendemos que a pluralidade institucional da maçonaria faz com que a resposta seja igualmente complexa, mesmo no cenário brasileiro do Grande Oriente do Brasil é possível trazer problemáticas sobre o que seria essa "ideologia", tendo em vista que a instituição, conforme supracitado, mudou seus posicionamentos com o passar dos anos, indo de apoiadora de doutrinas de esquerda ao completo oposto, ou seja, a condenação e apoio ao nacionalismo, militarismo e conservadorismo. Diante disso, ainda caberia questionar se as já mencionadas ideologias, normalmente vinculadas aos governos de direita, por vezes até ditatoriais ou fascistas, são compatíveis com a(s) ideologia(s) maçônicas. Entendemos que, os pressupostos iluministas tão caros e influentes na maçonaria, demonstram contradição com a atuação de parte da maçonaria brasileira durante o período. No entanto, cabe salientar que, parte da

pesquisa de Alméri foi realizada por meio de entrevista com membros da maçonaria que de alguma forma tiveram contato ou viveram durante o período do golpe de 1964. Evidentemente isso demonstra um aparente problema relacionado à formação histórico-crítica de membros da instituição, pois conforme bem exposto no trabalho, muitos dos entrevistados apresentaram-se favoráveis ao golpe e ao governo ditatorial dos militares. Contudo, não faz parte do escopo da nossa pesquisa esmiuçar os pormenores da pedagogia maçônica.

Destarte, podemos verificar a complexidade do assunto. De toda forma, com base no que já foi exposto, entendemos que a maçonaria participou em diversos momentos apoiando o golpe, em alguns deles emitindo posicionamentos oficiais através de seus boletins oficiais, assim como a perseguição aos membros adeptos aos movimentos políticos de esquerda, e em outros momentos indiretamente, alicerçados por uma suposta "ideologia maçônica", ou pelo menos a forma como os membros da instituição compreendiam esse fenômeno.

Independente das contribuições e resultados das pesquisas que nos serviram de referencial, invocamos as palavras de Lara e Da Silva: "Assassinatos, exílios, desaparecimentos, muito sofrimento para a sociedade brasileira estiveram presentes na história do Brasil durante a ditadura civil militar" (LARA; DA SILVA, 2015, p. 280). Essa atmosfera que pairava o Brasil durante o período da ditadura foi o que a maçonaria esteve envolvida de maneira controversa, e conforme apontamentos supracitados, indo de contra seus ideais.

O processo de redemocratização do país se deu com a vitória de Tancredo Neves, por eleição indireta, em 1985. Antes de assumir a presidência do Brasil o candidato supracitado veio a falecer, assim José Sarney, vice-presidente de Tancredo Neves foi instituído o primeiro presidente do país após a ditadura militar. A partir daí o país começou a restaurar gradualmente o regime democrático, passando por importantes mudanças políticas e econômicas.

Entre os anos de 1985 e 2016 a maçonaria passa discretamente na política, sem grandes intervenções ou nomes de grande destaque. Somente após o golpe político que resultou no impeachment de Dilma Roussef, é que o maçom Michel Temer assume a presidência em 31 de agosto. Vale salientar que, antes de assumir a presidência do Brasil, Temer havia solici-

tado seu afastamento da maçonaria. Um texto postado na rede social twitter, e publicado na íntegra por Leandro Mazzini, em 16 de maio de 2016, no blog Coluna Esplanada, vinculado ao site UOL, descreve os motivos que levaram Michel Temer ao seu afastamento da instituição maçônica.

O governo de Michel Temer foi marcado por instabilidade nos campos sociais, sendo popularmente conhecido como um governo "golpista". Durante o período em que foi presidente o mesmo em diversas entrevistas defendeu-se das acusações de "golpista" e "traidor". A ex-presidente Dilma Roussef, em matéria postada na internet pelo UOL, em 22 de julho de 2022, afirmou: "Eu agradeceria que o senhor Michel Temer não mais buscasse limpar sua incontestada condição de golpista utilizando minha incontestada honestidade pessoal e política" (UOL, 2022, online). Verificando os problemas e polêmicas envolvidos na gestão Temer, não seria absurdo ver seu afastamento como uma forma de evitar que problemas futuros fossem vinculados à instituição.

Após Michel Temer, o próximo maçom de grande notoriedade na política brasileira foi o General Hamilton Mourão, vice-presidente do país durante a gestão de Jair Messias Bolsonaro, durante 2018 e 2021. Esse acontecimento marca o retorno de um militar maçom ao governo do país. Antes de assumir a vice-presidência do Brasil, Hamilton Mourão já havia elogiado a ditadura militar durante uma palestra em uma loja maçônica do Grande Oriente, em Brasília. Na oportunidade o mesmo propôs intervenção militar como forma de acabar com a crise na política brasileira (FORUM, 2017). Tal atitude parece reafirmar os apontamentos da pesquisa de Alméri (2017) e demonstra a contradição entre os pilares maçônicos, já abordados anteriormente, e o conservadorismo reacionário característico do período do golpe de 1964. De toda forma, mesmo diante de toda controvérsia, Hamilton Mourão não chegou a sofrer punições administrativas na instituição maçônica, o que aparenta demonstrar concordância com os posicionamentos do militar.

## 5. Conclusão

Diante do exposto, podemos verificar que durante o período republicano brasileiro a maçonaria esteve presente em diversos momentos atuando politicamente. Chama particular atenção que treze dentre os trinta e nove presidente do Brasil foram maçons, in-

cluindo três militares, dentre eles os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. De acordo com a investigação, durante os anos que envolvem o Golpe Militar de 1964, a instituição passou a atuar de maneira contrária aos ideais maçônicos já conhecidos popularmente e também aqueles que antes já havia apoiado, sobretudo os vinculados aos governos socialistas. Contudo, mesmo com uma presença discreta, isso fez com que durante a ditadura a instituição apoiasse formalmente os militares golpistas e perseguisse maçons adeptos aos modelos políticos de esquerda. Dessa forma, durante esse período pode-se verificar uma maçonaria que se molda de acordo com as necessidades e particularidades de suas lideranças.

A pesquisa apontou ainda que, após o período do reestabelecimento da democracia, a instituição perdeu seu destaque e influência política, voltando aos holofotes somente em 2015, com as polêmicas envolvendo o General Hamilton Morão, em um momento onde maçonaria, militarismo e ditadura encontram-se novamente, através de um discurso pró-ditadura militar, e posteriormente, em 2016, com Michel Temer, acusado pelos partidos e movimentos de esquerda como um dos responsáveis por arquitetar o golpe que resultou no impeachment de Dilma Rousseff.

A complexidade e ausência de referências que permitam um maior aprofundamento demonstram a dificuldade de apontar resultados claros. Pesquisadores do assunto possuem poucas informações à disposição, e ainda assim, em certos pontos apresentam consideráveis contradições. Independente de tais dificuldades, esperamos com o artigo ter apresentado novas contribuições que possam servir de base para aprofundamentos posteriores no que diz respeito sobre essas interlocuções entre a maçonaria, agentes políticos e organizações da sociedade civil e militar.

## 6. Referências

ALMÉRI, Tatiana Martins. Posicionamentos da instituição maçônica no processo político ditatorial brasileiro (1964): da visão liberal ao conservadorismo. São Paulo, 2007. 183 f. *Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)* – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ALMÉRI, Tatiana Martins. Posicionamentos da instituição maçônica no processo político ditatorial brasileiro

(1964): Da visão liberal ao conservadorismo. *REHMLAC*. Costa Rica, v. 5, n. 1, p. 60-78, 2013.

ARRUDA, Roldão. Comissão da Verdade relata papel de igrejas no golpe de 64. *Exame*, 8 dez. 2014 s.p. Disponível em: <https://exame.com/brasil/comissao-da-verdade-relata-papel-de-igrejas-no-golpe-de-64>. Acesso em 08 fev. 2024.

CARVALHO, William Almeida de. Pequena História da Maçonaria no Brasil. *REHMLAC*. Costa Rica, v. 2, n. 1, p. 30-58, 2010.

CASTELLANI, José. *História do Grande Oriente do Brasil: A Maçonaria na História do Brasil*. Brasília: Gráfica e Editora do Grande Oriente do Brasil, 1993.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: Da ditadura militar à democracia. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 25, p. 83-106, 2005.

DA SILVA, Wellington Teodoro. O catolicismo e o golpe civil-militar de 1964. *Interações: Cultura e Comunidade*, Belo Horizonte, v. 9, n. 15, p. 62-80, 2014.

DILMA, após Temer chama-la de honestíssima: 'História não perdoa traição'. UOL, 22 jun. 2022, s.p. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/22/dilma-apos-temer-chama-la-de-honestissima-historia-nao-perdoa-traicao>. Acesso em 20 fev. 2024.

GENERAL do exército ameaça "intervenção militar" para crise política no país. Forum, 18 set. 2017, s.p. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2017/9/18/general-do-exercito-ameaa-interveno-militar-para-crise-politica-no-pais-23048>. Acesso em 20 fev. 2024.

LIMA, Thiago Machado de. Entre a política e a religião: o golpe civil-militar de 1964 na cidade de Esplanada. Bahia, 2015. 220 f. *Dissertação (Mestrado Acadêmico em História)* - Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2015.

MAZZINI, Leandro. *Temer pediu licença da Maçonaria em SP*. UOL notícias, São Paulo, 16 mai. 2016. Política, s.p. Disponível em: <https://colunaesplanada.blogosfera.uol.com.br/2016/05/16/temer-pede-licenca-da-maconaria-em-sp>. Acesso em 20 fev. 2024.

MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

ISMAIL, Kenny. Quando o GOB era Socialista e a guinada maçônica brasileira ao Conservadorismo. *No Esquadro*, 9 set. 2016. História, s.p. Disponível em: <https://www.noesquadro.com.br/historia/quando-o-grande-oriente-do-brasil-era-socialista>. Acesso em 08 fev. 2024.

LARA, Ricardo; DA SILVA, Mauri Antônio. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 122, p. 275-293, 2015.

ROSA, Renato Torres Anacleto. A Igreja Católica e o golpe civil militar de 1964: novas abordagens. *Temporalidades*. Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 125-133, 2014.